



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
À SENHORA LEONIDA L. VERA
NOVA EMBAIXADORA DA REPÚBLICA
DAS FILIPINAS JUNTO DA SANTA SÉ***

19 de Abril de 2004

Excelência

É-me grato dar-lhe as boas-vindas ao Vaticano e aceitar as Cartas Credenciais que a designam Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República das Filipinas junto da Santa Sé. Agradeço-lhe as amáveis saudações que me comunica da parte da Presidente, Sua Excelência a Senhora Glória Macapagal Arroyo, enquanto peço que lhe transmita a certeza das minhas preces pelo seu país e povo.

Durante as minhas visitas pastorais às Filipinas, fiquei sempre impressionado com a hospitalidade e o afecto que me foram manifestados. As palavras da minha primeira visita, realizada em 1981, ainda são verdadeiras: "Há que prestar a devida homenagem às conquistas do povo filipino, mas aquilo que sois também corresponde a uma obrigação, conferindo à Nação uma missão específica" (*Discurso dirigido ao povo das Filipinas, 17 de Fevereiro de 1981*). Vós sois um país que conservou com vigor a fé cristã, até mesmo quando teve de enfrentar graves obstáculos, e isto demonstra que tendes a nobre tarefa não apenas de preservar os valores de tal herança, mas também de ajudar a espalhar os ideais da cultura cristã pelo mundo inteiro. A experiência do Dia Mundial da Juventude, em 1995, constituiu um exemplo do desejo que a vossa Nação tem de exercer esta responsabilidade, e será sempre um momento de alegria particular no meu ministério ao serviço da Igreja universal. Aqueles dias que passei com o seu povo, aos quais se reuniram jovens de todas as partes do mundo, confirmaram em mim o facto de que, como Vossa Excelência já observou, as Filipinas são realmente uma "luz" para a evangelização do continente asiático.

Uma das obrigações das culturas que se fundamentam nos valores humanos autênticos deve ser a solicitude profunda e constante pelo povo. Infelizmente, as Filipinas e uma boa parte dessa região asiática ainda continuam a ser atingidas pelo flagelo da pobreza extrema. Por vezes, este facto pode levar os governos a adoptar soluções a curto prazo que, na realidade, muitas vezes levam a políticas que não trazem qualquer benefício concreto para o povo. Para que se possa abordar a questão da pobreza de maneira efectiva, todos os sectores da sociedade devem trabalhar em conjunto, na busca de soluções. A fim de que as pessoas atingidas pela pobreza tenham uma liberdade duradoura, é necessário que os governos não apenas reconheçam e assistam os pobres, mas inclusivamente os façam participar na busca de soluções a longo prazo para os seus problemas. A luta aparentemente frívola contra a pobreza é uma das principais fontes de desamor e de marginalização entre os jovens. Tentados a procurar o lucro material rápido, eles são muitas vezes introduzidos na vida do crime ou então, como actualmente está a ser experimentado no mundo inteiro, associam-se a movimentos radicais que prometem a mudança social através da violência e do derramamento de sangue. A luta contra tais tendências exige um esforço concertado em vista de acolher, aceitar e promover os talentos e as dádivas dos menos afortunados, ajudando-os a dar-se conta de que são uma parte integrante da sociedade.

Rezo para que os filipinos continuem a fomentar os preceitos da sua Constituição, que reconhece de maneira explícita a santidade da vida familiar e a salvaguarda do nascituro, desde o momento da concepção (cf. *Constituição das Filipinas*, Artigo II, Secção 12). Consciente de que a pena capital e o recurso à mesma voltaram a tornar-se um tema importante no debate nacional, gostaria de reiterar o facto de que as finalidades da justiça no mundo contemporâneo parecem ser melhor servidas, quando não se recorre à pena de morte. "Com efeito, a sociedade moderna dispõe de possibilidades para reprimir eficazmente o crime, de forma que, enquanto torna inofensivo aquele que o cometeu, não lhe tira definitivamente a possibilidade de se redimir" (cf. Carta Encíclica *Evangelium vitae*, 27). Enquanto têm o dever de ser justas, as sociedades civis têm também a obrigação de ser misericordiosas.

Gostaria de aproveitar este ensejo para expressar a minha preocupação constante pelo aumento da violência que, desde há muito tempo, tem provocado grandes devastações no seu país. Volto a dirigir o meu apelo a todas as partes interessadas, para que ponham fim ao terrorismo, que continua a causar tanto sofrimento à população civil, e para que empreendam o caminho do diálogo, o único que poderá tornar o povo dessa região capaz de criar uma sociedade que garanta a justiça, a paz e a harmonia para todos. Analogamente, é essencial que o Estado continue a promover o diálogo no seio da sociedade, fomentando a compreensão recíproca e o apreço entre as várias religiões. Este processo é mais eficaz quando todos os níveis da educação pública incluem componentes curriculares que ajudam as pessoas a reconhecer o valor da tolerância, ajudando-as a lutar por uma cultura fundamentada na paz e na justiça genuínas. Em conjunto, podemos eliminar as causas sociais e culturais do terrorismo, "ensinando a grandeza e a dignidade da pessoa humana, e esclarecendo melhor o sentido da unicidade de toda a família humana" (*Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2002*, n. 12).

A construção de uma sociedade assente sobre a dignidade humana só poderá ser alcançada, se aqueles que desempenham funções de autoridade promoverem os princípios do bom governo e da honestidade na sua vida pessoal e pública, oferecendo um serviço incondicional aos seus compatriotas, em ordem ao bem comum. Por conseguinte, os funcionários públicos têm a obrigação especialmente grave de assegurar que são modelos-base de comportamento moral e, ao mesmo tempo, de fazer o melhor que podem para ajudar os outros a formar uma consciência recta que há-de evitar constantemente qualquer tipo de adesão à corrupção. Estas qualidades de liderança genuína são de importância singular, no momento em que o seu país se prepara para as próximas eleições. Com efeito, um critério para julgar o bom êxito da democracia pode encontrar-se na qualidade das suas eleições, que devem ser justas, honestas e livres, promovendo sempre, ao mesmo tempo, o processo constitucional e a força da lei (cf. Conferência dos Bispos Católicos das Filipinas, *Pastoral Statement on the Coming 2004 Elections Declaração pastoral sobre as próximas eleições de 2004*). A este propósito, estou persuadido de que a boa vontade das pessoas comprometidas nas eleições levará a fortalecer uma nação verdadeiramente fundamentada sobre a equidade e a justiça para todos.

Excelência, estou convicto de que, ao desempenhar as tarefas da sua missão, os vínculos de amizade entre a República das Filipinas e a Santa Sé serão ulteriormente revigorados. Transmito-lhe os meus bons votos e asseguro-lhe que os vários departamentos da Cúria Romana estarão sempre prontos a assisti-la no desempenho dos seus deveres. Sobre a Senhora Embaixadora e os seus concidadãos, invoco as abundantes bênçãos divinas de Deus Todo-Poderoso.

**L'Osservatore Romano* 2004 n. 17 p. 7.

© Copyright 2004 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana